

LEIGOS CATÓLICOS E LUTAS POLÍTICAS DOS ANOS 50 AO “25 DE ABRIL” – UM TESTEMUNHO

*Carlos Portas**

Resumo: Pretende relatar-se e explicar de forma singela o caminho percorrido pelo autor ao longo de cerca de duas décadas e meia, em relação com os seus pensamento religioso e atividade política, em situações distintas (educação académica e universitária, ligações eclesásticas, lutas políticas e até diferentes territórios). Começa-se com os estudos em instituições de jesuítas e depois o 1.º Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC) e depois as presidências da JUC de Lisboa e da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia (AEISA). Analisam-se a “crise do 40.900” e a Greve Académica (e Caxias...), bem como a carta do Bispo do Porto e os Cursos de Cristandade. Referem-se as Notas conservadoras do Episcopado, a actividade política na oposição democrática com Francisco Lino Neto, as Juntas de Acção Patriótica, a presidência da Juventude Católica (masculina), a relação com o Sr. Cardeal Cerejeira, a estadia prolongada em Angola e a política com a oposição local e o regresso a Portugal pouco antes do “25 de Abril”. A finalidade é sobretudo apresentar informação acerca dum percurso relativamente diversificado, com algumas informações que não são em geral do conhecimento público e podem ser úteis para leitores interessados nestas matérias religioso-académico-políticas.

As singelas páginas que seguem respeitam a uma fase importante da minha vida de adolescente e adulto católico praticante (mas também pecador como até hoje...) e também oposicionista político convicto dos Estado Novo (Oliveira Salazar) e Primavera Marcelista (Marcelo Caetano). Referem-se assim trajectórias paralelas mas em áreas distintas, nas quais convivo com os que percorriam caminhos cívicos análogos ou opostos ao meu, bem como de percursos de convicção e práticas religiosas distintos.

* Professor Catedrático jubilado. Universidade de Évora e Lisboa.

1. Os que, como eu (nascido em 1936, em Vila Viçosa, distrito de Évora), vinham de família católica conservadora, de modo algum revolucionária em termos ideológicos e de costumes, de média-alta burguesia em termos sócio-económicos e vivendo em zonas afastadas de centros citadinos (nasci e fui criado em “La raya de Portugal”¹), de facto não tinham contacto (nem minimamente) com qualquer pluralismo político organizado. A oposição democrática no Alentejo só existia como tal nas capitais de distrito e quando das eleições². As prioridades eram o estudo e as carreiras profissionais e o Governo controlava estas (com excepção da advocacia e de parte da medicina e de engenharia, as saídas eram os quadros oficiais...). Nas condições da minha juventude era pois nessas cidades que se encontrava actividade política sem monolitismo... até porque na prática a Oposição era proibida. Hoje felizmente é difícil compreender o que isso significava.

No meu caso a chegada a uma cidade com “ideias mais avançadas” (como se dizia) – Lisboa – confundiu-se com a integração na acção católica universitária. Para entender este testemunho é conveniente explicar a forma como lá cheguei.

Os primeiros contactos ocorreram no 1.º Congresso Nacional das JUC e JUCF (feminina) em 1953, apesar de eu ser ainda finalista do ensino secundário no internato dos Jesuítas, nas Caldas da Saúde (Santo Tirso), ao qual muito deve a minha formação espiritual e mental. Nele participei por convite do irmão Nuno, jovem estudante de Arquitectura e activo jucista.

Essa notável reunião foi tolerada pelas autoridades a coberto do regime concordatário mas com alguma ingenuidade do regime vigente. É que entre os estudantes seniores estavam Adérito Sedas Nunes, Francisco Pereira de Moura, Maria de Lurdes Pintassilgo, Nuno Portas, Sidónio Pais, João Salgueiro etc... (refiro alguns dos que foram membros dos Governos e altos funcionários pós-25 de Abril...).

O irmão Nuno, analisando as variadas comunicações apresentadas no Congresso, chamou-me a atenção de que se encontrava um vazio relativo às Associações de Estudantes (A.E.) e que não havia A.E. nas Escolas

¹ Em homenagem ao notável título do livro-reportagem de António Pintado e Eduardo Barrenceia que foi para a minha geração uma denuncia militante, publicado em plena época franquista (Madrid, 1972), onde há citações minhas e que a corajosa “Afrontamento” editaria em Portugal.

² Faziam excepção pequenos núcleos de tradição revolucionária ou republicana e do lado espanhol a situação era semelhante..

de Belas Artes. Ora no congresso alguns apontavam uma falha às AA.EE.: a sua arreligiosidade, ao não abrangerem o homem “todo”. Mas a liberdade religiosa era permitida na Europa, incluindo nas ditaduras de Portugal e Espanha e as AA.EE. era para todos os estudantes...

2. Nesse primeiro ano do Instituto Superior de Agronomia (ISA) fui convidado por um colega de curso, o amigo Manuel J. Belchior, para trabalhar na direcção da JEC (Juventude Escolar Católica) que funcionava no Campo de Santana (Patriarcado de Lisboa). Ora nas salas ao lado estava a sede da JOC e é com estes militantes que me politizo e início a análise crítica da vida política nacional. Ali conheci vários amigos (“para a vida”): João Gomes, Manuel Serra, Manuel Bidarra, Padre António Jorge, António Costa, etc.. E acompanharia a Revolta da Sé (28/03/1956), depois João Gomes e Manuel Serra são presos.

Da JEC regressei à militância na JUC.

Entretanto continuava com o meu percurso de evolucionista convicto, através da antropologia e das ciências físicas, iniciado no colégio dos jesuítas. E descobrira Teilhard du Chardin através da “Brotéria”, de quem passei a ser seguidor fiel (até hoje).

Fui dos primeiros leitores universitários do “L’Actualité Religieuse dans le Monde”, depois “Informations Catholiques Internationales”, um dos mensários católicos mais “avançado do tempo...”. Era difícil uma mentalidade independente (até a maioria só se atingia aos 21 anos).

Em Maio de 1956 sou eleito presidente da A.E. do Instituto Superior de Agronomia (ISA), uma pequena A.E., pois o ISA tinha 450 alunos. Mas...

Depois vou para a Presidência Diocesana da JUC no Verão desse ano, 1956, no Campo de Férias de Peniche. Quem me escolhe é “o dr. Rodrigues”, futuro Bispo D. António dos Reis Rodrigues, a quem fiquei a dever parte duma reconfirmação nos fundamentos racionais da Fé Católica.

Eu procurava também que não houvesse conflito entre actividades das duas presidências (AEA e JUC), uma separação de águas que me pareceu que funcionou. Não dei por que houvesse reacções em pessoas da minha ou de outras Faculdades, por outra palavra o ter tomado determinadas posições como Presidente da AEISA e que daí resultassem críticas significativas à JUC.

Mas em Dezembro vem o “40.900” e convém dizer que ao longo da crise o dr Rodrigues não me fez qualquer tipo de crítica nem de insinuação em termos de projecto pessoal. Quando as coisas começaram a

complicar-se (assembleias de estudantes, notas oficiosas, protestos públicos, abaixo-assinados, etc.) ele não referia estas matérias em reuniões da JUC (foi um facto). Havia um cuidado redobrado da minha parte pois se a “matéria “40.900” era aprovada em boa parte pela maioria dos universitários, em todo o caso não era consensual.

O dr. Rodrigues e eu tínhamos uma sólida amizade, como aliás mais tarde pude provar, e eu tinha admiração por ele. Ele ia-me relatando as suas preocupações: “A ver se daqui não há complicações na Igreja (o que queria dizer com o Cardeal Cerejeira); é uma pena não se entenderem”. Isto traduzia confiança quando ao meu possível comportamento.

3. A crise académica criada pelo Decreto-Lei “40.900”, 12.Dez.1956.

Este diploma cria na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a Comissão Permanente das Obras Circum-Escolares e Sociais do Ensino Superior, à qual competia estudar todos os assuntos respeitantes à vida circum-escolar e social dos alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional (sublinhado meu).

Esta Comissão era constituída, sob a presidência do director-geral, por seis vogais, escolhidos de entre reitores, directores de escolas, professores e outras individualidades que tenham dado provas de relevante interesse pelas questões cujo estudo compete à mesma comissão e por três vogais escolhidos de entre os alunos das escolas superiores de cada uma das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra [os estudantes eram só 1/3 dos membros e mesmo estes seriam escolhidos pelo Governo].

Até serem legalmente definidos os princípios basilares da vida circum-escolar e instituídos os respectivos órgãos, as associações e organizações de alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional, ficam sujeitas ao regime estabelecido nos artigos seguintes [não havia prazos e o controlo e a proibição podiam entrar logo em vigor].

Assim nas AA.EE a assembleia-geral seria constituída pelos delegados dos sócios inscritos em cada ano da escola, salvo o primeiro [eleição indirecta] etc....

Vejamos agora o essencial do que se passou a seguir [entre parêntesis rectos os nossos comentários].

No dia seguinte (13 de Dezembro), Coimbra reúne a Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra (AAC), que decide, entre outras formas de luta, a realização de uma manifestação no dia seguinte contra o “40 900” e pedindo a sua revogação [repare-se nas três cidades universitárias: o Porto estava reduzido a uma AE, a da Faculdade de Far-

mácia; em Lisboa algumas das Escolas mais frequentadas, como Letras e Medicina, estavam reduzidas a pró-Associações (não reconhecidas pelo Ministério da Educação)].

Em Lisboa o secretário-geral da Reunião Inter-Associações de Estudantes (RIA) [não reconhecido pelo Min. Educação] Noales Rodrigues, com ligações ao Partido Comunista Português (PCP), iniciou a reunião geral sem grandes preâmbulos, falando acerca da necessidade da luta académica contra o Ministério pois o “40 900” era mais um passo substancial contra a criação de novas AAEE e ameaçando até as próprias competências actuais. Refere a boa informação de se estar a gerar uma forte reacção em Coimbra. Mas no Porto a situação era complicada (monopólio do Centro Universitário do Porto da Mocidade Portuguesa). As opiniões foram coincidentes: ir para a contestação, mobilizar os colegas.

Depois de resumir as conclusões, com a calma firme que percebi era seu timbre, Noales disse que: “se o chamado representante dos estudantes de Lisboa (que ninguém elegeu mas assim será apresentado pelo Ministério da Educação e consta ser o presidente da AEISA) aceitar o lugar na Comissão Permanente, a nossa tática será diferente pois “partiremos divididos”. Foi então que eu falei, afirmando estar ali também para lhes dizer que não aceitaria o lugar, referindo ter sabido da designação pelos jornais e que no artigo do “Encontro” (JUC), havia exprimido com clareza o meu pensamento, sendo coerente.

Depois saiu um comunicado referindo a oposição unânime ao “40 900” das AAEE e pró-Associações de Lisboa.

Em 17 de Dezembro, a Comissão Permanente das Obras Circum-Escolares e Sociais do Ensino Superior prevista no “40 900” é formalmente designada com os três estudantes (Lisboa, Porto e Coimbra). Mas Manuel Pinho Rocha (Coimbra) e eu recusamos a nomeação. O estudante do Porto, Eduardo Vieira Monteiro, do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, este sim aceita.

Em 19 de Dezembro o Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), que funcionava como JUC de Coimbra, envia uma carta à AAC apoiando o pedido de revogação do “40.900” e solidarizando-se com a sua posição; carta esta assinada pelo 1.º Secretário António Barbosa de Melo³ [e não pelo seu Presidente pois houve divisão interna].

Entretanto surge uma entrevista privada do Ministro da Presidência, Prof. Marcello Caetano, com quatro presidentes de AAEE de Lisboa; foi

³ Presidente da Assembleia da República após o “25 de Abril”.

na sua residência pessoal, cerca da Praça Duque de Saldanha em Lisboa, e deveu-se aos bons ofícios de António Serra Lopes, presidente da AE Direito. Acompanhavam-no João Cravinho (Técnico), João Sousa Lopes (Ciências) e eu (Agronomia). Foi uma reunião privada (era a condição).

São-nos revelados sob confidência alguns possíveis passos por parte do Governo e Assembleia Nacional (NA). Esta chamaria o “40 900” à discussão no seu plenário e possivelmente seguir-se-ia a sua suspensão.

Marcelo Caetano disse esperar até lá um comportamento responsável por parte dos estudantes e que estes iriam poder assistir à sessão plenária [não estávamos como representantes da RIA, pois esta foi condição imposta para realizar este encontro privado].

Mas haveria uma “complicação no processo”. A caminhada para a Assembleia Nacional (A.N.) de muitas centenas de estudantes universitários – que se alojariam nas galerias e nas escadarias de acesso ao anfiteatro das sessões gerais – acabou por ser o meu primeiro encontro com a violência repressiva dessa etapa do “Estado Novo”.

As instruções para o efeito parecem não ter chegado a toda a PSP de Lisboa, pois esta interceptou com fortes bastonadas...o grupo que saía de Económicas para a AN, pela R. Miguel Lupi...

No vespertino “Diário Popular” do dia seguinte surgiu uma fuga à censura e aparecem várias linhas em fundo de página referindo que o “católico Carlos Portas” e o “independente Álvaro Barreto” havia sofrido bastonadas da Polícia de Segurança Pública. Efectivamente apanharam-nos no corpo e os dois fomos deitados para o chão. Levantamo-nos e seguimos para a AN... e soubemos o que era repressão violenta ...

Em 16 de Janeiro realiza-se a discussão, na generalidade, do “40 900”, na Assembleia Nacional (AN) com intervenções de vários deputados, sobretudo de Coimbra e Porto.

Concluída a discussão na generalidade, o “40.900” é posto à votação e aprovada a ratificação do decreto com emendas, ficando assim transformado em proposta de lei, a ser enviada à Câmara Corporativa para parecer. E a Assembleia comunica que, embora o decreto continuasse em vigor, apesar de baixar à discussão na Câmara Corporativa não seria aplicado.

Não era uma vitória sólida mas bem mais que o empate técnico.... Foi a primeira vez que tal sucedeu nos pós-guerra.

Ao fim e ao cabo as manifestações de rua foram reduzidas visto o Governo rapidamente ceder sendo a “política do 40.900” um erro do ponto de vista dele próprio.

A linha editorial do “Encontro”, órgão nacional da JUC dirigido pela dupla João Salgueiro (presidente geral da JUC) e Pedro Tamen (chefe de redacção), também foi favorável ao ponto de vista afinal defendido das AAEE e pela maioria dos professores.

Recordo a alegria do dr. Rodrigues quando lhe comuniquei que houvera um acordo mais ou menos pacífico e que aparentemente não tinha havido implicações directas nas relações institucionais Igreja/Estado. Isto em reunião especial de militantes da JUC, das diversas Escolas Superiores, muitos dos quais tinham também participado nas reuniões e manifestações estudantis que a política do “40.900” tinha (para já) acabado.

Do “40.900” fiquei com profunda convicção que para os jovens católicos fora aberta mais uma “porta”, embora estreita, para trabalhar a favor duma sociedade democrática. Mas para uma alargada travessia da fronteira para uma vivência da cidadania seria necessário continuar a abrir mais “portas”. E que numerosos católicos o poderiam fazer, entrando no combate pelas liberdades cívicas e culturais, fazendo-o em harmonia com a sua vida espiritual.

Assim nasceu o meu caminhar para a “oposição” política sem ruptura religiosa num percurso com frequência solitário dentro da nossa Igreja.

4. A chefia da redacção do “Encontro” (1957/58, 58/59) foi-me entregue pelo João Benard da Costa, que eu conheci no “40.900” e sugiro ao “dr. Rodrigues” para Presidente Geral da JUC e seguramente uma prova de confiança.

E sou colaborador da “Flama”, semanário popular da Igreja Católica, tendo então como Director o Manuel Silva Costa: escrevo a crónica internacional “Assim vai o mundo” (colaboração semanal 1959/61).

É também o período em que descubro a Livraria Moraes, e mais uma vez o meu profundo agradecimento a A. Alçada Baptista (como ponto de encontro de numerosos católicos progressistas). Ali conheci os Padres Honorato Rosa, Felicidade Alves e Luís Archer bem como Francisco Lino Neto, etc, etc..

Começa também a influência em mim dos teólogos pré-conciliares – “revisitar os primeiros séculos da nossa Igreja” – e da leitura da renovação doutrinal que ia de acordo também com os novos conhecimentos científicos (Henri de Lubac, Hurs Von Balthazar, Yves Congar, J. Ratzinger, Romano Guardini, etc.). E acompanho a edição de “Os Dias do Senhor” (lembro João Benard da Costa e Nuno de Bragança), ed. Livraria Moraes, 1960.

5. Em Junho de 1957 recebi pelo correio um exemplar da carta que D. António Ferreira Gomes havia enviado a Oliveira Salazar (com um seu cartão não personificado).

Pelo seu conteúdo mas sobretudo pelo tom em que é escrita e por uma clareza dura de quem não receio os conflitos que naturalmente se iriam seguir, teve em mim também uma influência decisiva. Primeiro porque conferiu dignidade pastoral ao trabalho político independente que, no século, nós católicos começamos a desenvolver, aliás desde os tempos do Pe Abel Varzim, depois pela ressonância evangélica e profética do “mártir” que D. António iria ser.

O empenhamento político dos católicos só podia ser resultado dum movimento pela autonomia das organizações cívicas, pela sua pluralidade, pelo fim da relação biunívoca entre os sistemas religiosos e políticos.

A sua mensagem ao enfatizar “A Deus o que é de Deus e a César o que é de César” vem desfazer em mim as dúvidas sobre o caminho autonomo que a intervenção cívica deve ter para o cristão: vem libertar-nos e dar-nos autonomia de actuação no século. Em mim, por ex., deixa de haver o receio do trabalho em cooperação, na oposição, com as outras forças na luta conjunta contra o regime: entrei então na vida política sem qualquer reserva mental (como noutras etapas posteriores da minha vida).

Também recordo a longa troca de impressões havida com D. António) nos finais de 1957, no âmbito da minha chefia da redacção do “Encontro”: no essencial quis informar-se do que se havia passado no “40.900”. as perguntas tiveram a profundidade e o rigor que lhe eram habituais.

Um dos aspectos significativos para mim na carta de D. António foi o não esboçar abertura para um partido confessional.

A partir desta data deixei de acreditar que a evolução do sistema político passasse por qualquer levantamento geral do povo católico: aliás se este povo não era militantemente hostil ao regime vigente... Aliás não me parecia (nem me parece hoje) eticamente correcto que em nome da incarnação no século dos valores do Evangelho, a Igreja se ligue a políticas partidárias neste ou por naquele grupo. Como escrevia D. António “... a um alegado clericalismo não pode parecer que sucede outro clericalismo...”. Não havia condições para repetir com êxito a experiência de D. Sturzo e De Gasperi em Itália após a II Guerra Mundial (não tínhamos o Papa nem o Vaticano dentro das fronteiras). E o caso francês traduziu-se em fragmentação.

6. A Nota do Episcopado a propósito do “Programa para a Democratização da República” (este era bem necessária!), em 1961 e o meu percurso político.

A Nota cita um documento assinado em 10 de Janeiro de 1959 (dois anos antes) cuja doutrina e recomendação política prossegue. Assim nela se escreve mais uma vez que “a nenhum católico é lícito aliar-se na empresa política com aqueles que negam Cristo e querem destruir ou pelo menos emudecer a Igreja. O Santo Ofício proibiu, como é sabido, votar não só nos comunistas mas ainda naqueles que se aliassem com eles”.

Como se podia escrever assim, sem quaisquer matizes ou nuances, depois de termos lido e estudado testemunhos e reportagens e visto em vários filmes e documentários que as democracias cristãs, protegidas pelos Episcopados além-pirineo, foram aliadas objectivas da extrema-esquerda no terreno de luta política e da resistência aos regimes nazista e fascista a favor da liberdade democrática (vg. Itália, França, Alemanha, etc.!)

Senti que aquela Nota era objectivamente um serviço à União Nacional (partido único) o que significava que o nosso Episcopado não lutava (quereria?) por uma democracia em Portugal nem marcava uma situação de distanciamento ou independência: era uma identificação política com o regime vigente. Aliás, pouco tempo antes tínhamos assistido ao comportamento da maioria do Episcopado em relação a D. António Ferreira Gomes (eu ficara atónito...).

Como não havia liberdade política nem eleitoral era óbvio que as listas oposicionistas tinham de tudo – e desta vez formalmente até católicos. E eu inseri-me na campanha sob as ordens de um deles: Francisco Lino Neto. Participei activamente: sede, sessões, correios, panfletos, etc.; uma boa experiência e a consolidação dum caminhar.

A guerra do Ultramar estava a começar, aliás 15 anos depois tínhamos o “25 de Abril”. O tempo voava... mas também contra o Estado Novo.

À luz de tudo o que passou na década seguinte houve mais uma leitura errada e entendo que a hierarquia católica que se equivocou, aliás nem fez consulta alargada aos seus fiéis, seguindo objectivamente a vontade política do Governo de Salazar (nessa Nota não havia menção sobre direitos humanos, censura, prisões, falta de liberdade).

E assim se continuou até ao final da década quando apareceu a “ala liberal”. É que estas Notas foram-se multiplicando ao longo das eleições que se sucederam, i.é, os oposicionistas cristãos e católicos na prática não deviam votar...

Procurei então empenhar-me nestas eleições para a Assembleia Nacional ajudando directamente Francisco Lino Neto (Lino Neto).

Depois da campanha eleitoral ele conseguiu uma instação para as actividades cívicas do pequeno grupo que se juntara (era num andar da Rua Castilho).

7. Refira-se agora a minha participação nas reuniões da Junta da Acção Patriótica (JAP) (1960/62).

Desde o período preparatório das eleições de 1961 Francisco Lino Neto (Lino Neto) entendeu que devíamos continuar como grupo político católico de Oposição ao Estado Novo, significando “dar a cara”. Assim Lino Neto designou-me para servir de representante nestas reuniões – clandestinas – que se realizaram ao longo de 1961.

Os locais eram rotativos e propostos pelos diversos grupos; a decisão última era do delegado do General Humberto Delgado em Portugal. Várias reuniões tiveram lugar na área da R. Luciano Cordeiro....

Eramos cerca de 6 a 12 pessoas. Tudo o que eram papeis a distribuir tinha a responsabilidade do PCP (o que causava alguns problemas pois “não havia tempo” para todos os grupos tomarem conhecimento do “conteúdo”... só alguns....).

Os grupos que conheci foram os seguintes: General Humberto Delgado (já no exílio) – representado pelo dr. Bandeira de Lima, um conhecido médico otorrinolaringologista que moderava muito democraticamente as reuniões; PCP – mudava com frequência de representantes (compreensível por razão de segurança até porque vinham funcionários permanentes clandestinos) de que não conhecíamos os nomes reais; Grupo socialista (Resistência/Acção Socialista) –representado várias vezes por F. Salgado Zenha; Grupo Militar – representado pelo Capitão Varela Gomes antes do Assalto ao Quartel de Beja; Católicos progressistas na Oposição Democrática (grupo de Francisco Lino Neto – representado por mim, por vezes Jorge Sá Borges com José Francisco Beja da Costa.

Para as reuniões chegávamos um a um (observando cuidadosamente quem entrava e se nos arredores da área de entrada estaria alguém suspeito).

Recordo-me que uma destas reuniões, por proposta da “Oposição católica”, teve lugar na Calçada da Estrela, 65, 2.º, cuja entrada do prédio se situava entre o cruzamento Calc. Estrela – R. Borges Carneiro e a fachada principal da AN (com os seus leões esculpidos em pedra mármore). Tratava-se da residência das nossas tias Barreiro Portas (que obvia-

mente de nada sabiam...) e o local era a sala-quarto em que dormíamos e estudávamos eu e o meu irmão José Manuel (este ausente, claro, e também não sabendo do encontro nem da minha participação na AP).

Salgado Zenha foi o primeiro a tocar a campainha. Assim que chegou lá acima perguntou-me porque vínhamos para um lugar tão perto da casa do “Inimigo Comum” (Oliveira Salazar).

Fiquei amigo para sempre de Bandeira de Lima.

8. O assalto ao Quartel de Beja, deu-se em 61/12/31-62/01/01. Casualmente dez dias antes encontrei no Rossio o Capitão Varela Gomes a subir para um autocarro de 2.º andares. Pede-me para subir com ele e diz-me que era preciso que os estudantes dessem trabalho à polícia no fim do ano; não me explicou porquê e saiu na paragem seguinte, sozinho. Percebi o conteúdo no dia 1 de Janeiro quando via TV na noite de Ano Novo. Seria depois, por sua indicação, testemunha abonatória no seu julgamento no tribunal Plenário em 1964/5.

Entretanto eu fizera o Curso de Cristandade, o .º de Lisboa, em 1961, na Casa do Rodízio do Patriarcado de Lisboa, convidado pelo professor Artur Vasco de Garcia, do ISA (este era um dos 28 leigos subscritores do documento de católicos discordando frontalmente da posição do jornal oficial da nossa Igreja Católica, “Novidades”, na campanha eleitoral do Gen. Humberto Delgado, em 1958; eu e o irmão Nuno também tínhamos sido dois deles...).

9. Em Dezembro de 1961 integrei a “Peregrinação dos Alentejanos a Fátima”, “dos actuais e antigos Universitários e finalistas do Liceu, e empresários” que partiram a pé desde Évora e alguns dias após chegava-se ao Santuário. Terminou com a leitura do “Manifesto aos jovens alentejanos nossos irmãos”, em boa parte redigido pelo Pe. Filipe de Figueiredo, promotor da iniciativa ajudado por mim.

Foi a caminhada inicial dos Cursos de Cristandade na Arquidiocese de Évora. E eu fui professor do curso n.º 2 em Évora, em Fevereiro de 1962.

Mas também houve um acontecimento especial. Com efeito, na 6.ª, dia 22, pelas 20 h, autorizado pelo Pe. Filipe e pelo Reitor (espanhol), saí para uma reunião da RIA sobre a Greve Académica em Lisboa, por especial pedido de Jorge Sampaio, dizendo-me que era muito necessário que eu fosse a essa reunião): estava em jogo, como habitual, um caminho menos violento versus a pressão do PCP para uma solução mais dura

(como depois em Coimbra de 1969). Regressei ao curso pelas 05 horas... no dia seguinte e dois meses após estava em Caxias como preso político...

10. Participação na “Greve Académica”

Quando do início da “greve académica”⁴ o líder era o Jorge Sampaio, Secretário-geral da RIA – Reunião Inter AA.EE. Esta era mais “alargada” que em 1956/57 e ele apercebeu-se de dificuldades crescentes, pois a “nau” de que era o responsável último (embora sempre a dirigi-la de modo colegial) atravessava não só uma onda política nacional (diferente doo “40.900”) mas também as ideologias já tinham muito a ver com o combate internacional entre as grandes potências do Oeste e do Leste, com o enfraquecimento do Estado Novo e uma guerra colonial em início.

Assim achou conveniente criar uma “Comissão Consultiva de Antigos Dirigentes das AA.EE.”, socorrendo-se de um lote alargado, escolhido por si de entre os que tinham vivido o “40.900”. Quem apareceu a trabalhar foram sobretudo João Cravinho (Técnico), Rui de Oliveira (Medicina) e a minha pessoa (Agronomia). Foi pois a nível de RIA e de acompanhamento que militei na “greve académica”.

Eu era aluno estagiário do ISA mas acompanhava o que sucedia na AEISA. E recomecei a frequentar as reuniões da RIA e reencontrei o grande amigo Manuel de Lucena, autor substancial de boa parte dos muitos comunicados da “greve académica”. O meu irmão José Manuel era da Direcção da AETécnico e estava também envolvido na “greve académica”.

Até que em Março surge a ocupação da jovem Cantina da cidade universitária (Univ. de Lisboa), com um núcleo duro de cerca de 81 estudantes a fazer a “greve da fome” lá dentro e que assinaram a respectiva “folha de presenças”.

E mais de 1200 estudantes lá foram em autocarros da Carris para os diversos estabelecimentos eventualmente prisionais cabendo-me o Quartel da Parede, onde dormimos (ao relento). No dia seguinte fomos identificados e “seleccionados” (eu não escaparia, calculando que a PIDE soubesse sucessivamente do “40.900”, da campanha da Oposição Democrática de 1961 e das Juntas de Acção Patriótica...). Coube-me Caxias...

Passados alguns dias, verificámos que colegas de prisão começavam a ser chamados para interrogatório e depois não voltavam, percebendo que havia uma libertação a conta-gotas após interrogatório.

⁴ “Greve” ou “luto” académico.

Ora desde sempre sou “um pecador que se confessa” no sentido literal e tradicional da expressão. Quando da Greve Académica, o meu confessor era o cônego D. João de Castro, do Seminário dos Olivais, o qual dirigiria durante perto de duas dezenas de anos o semanário “Voz da Verdade”, publicação oficial do Patriarcado de Lisboa e então bastante conservadora, aliás passava-se antes do Concílio Vaticano II. Nas nossas conversas não fazia qualquer referência a matérias políticas, sendo para mim um “santo padre”.

Não sei quem lhe disse (família e amigos nada sabiam sobre o que se passava na prisão nem nós presos, que íamos saindo a conta-gotas). Mas a verdade é que foi ele que me esperava na porta de saída da prisão de Caxias. Deu-me um grande abraço, levou-me até à Calçada da Estrela e nem uma palavra de censura ou futura prudência, só uma leve pergunta sobre se fisicamente tinha havido problemas.... Jamais esqueci nem passei ao lado deste gesto gratuito e de caridade cristã.

Dez meses depois presidia aos nossos esponsais, Maria do Carmo e eu, em Elvas.

11. Pertenci à geração que foi tomando conhecimento de que no período entre as duas guerras mundiais e ainda mais depois da Segunda Guerra Mundial, homens de Estado católicos [por ex. K. Adenauar na Alemanha Ocidental, Robert Schumman na França, De Gasperi em Itália] demonstraram que podia existir um Estado laico moderno que, no entanto, não fosse indiferente em relação aos valores humanistas e religiosos.

Mas ao longo da década de 60 faltava em Portugal o passar à prática dum “Estado laico moderno” (não laicista) ... que não poderia ser o irreformável Estado Novo, sem liberdades de organização de informação literária e televisiva (sempre a censura do discurso cultural e político)! E o Episcopado português com as poucas exceções já referidas (no Continente e em Moçambique) não ajudava ou acelerava a vinda dessas novas realidades. E onde estava uma política diferente relativa aos territórios do Ultramar, em luta pela independência desde 1961?

Também se ia percebendo que em Espanha a “transición” seria mais suave que a portuguesa e de facto não ocorreu um PREC.

Ora no início desta década já havia muitas personalidades ainda relativamente jovens, ligadas à Igreja que estavam dispostas a intervir na mudança indispensável na modernização do sistema político: por exemplo Nuno Teotónio Pereira, Miller Guerra, Francisco Lino Neto, Sidónio Pais, José Manuel Galvão Teles, Adérito Sedas Nunes, Maria de Lurdes

Pintassilgo, João Gomes, Francisco Pereira de Moura, o grupo de leigos católicos do Porto onde estava Francisco Sá Carneiro e outros católicos progressistas com provas dadas na JUC/F, JOC/F e LOC/F e naturalmente muitos sacerdotes como por ex. o Pe José Felicidade Alves.

Todos foram elementos úteis mas o “conjunto eclesiástico” ficou à margem de ser um “pilar” dum 25 de Abril. Tanto mais que a Acção Católica foi sendo desativada, em parte “por se estar a politizar”...

12. Entretanto, a 4 de Fevereiro de 1961, em Angola, tiveram lugar em Luanda, os assaltos à Casa de Reclusão Militar, ao quartel da PSP e à Emissora angolana. E ocorrem as graves, insurreição dos Vige e Congo angolanos, com milhares de vítimas brancas e negras.

Eu tinha saído dessa vastíssima zona em fins de Agosto de 1960, deixando Angola em Novembro seguinte.

Em sequência surgiria em Portugal a “conspiração de Abril de 1961”, de que o General Botelho Moniz, Ministro da Defesa Nacional, foi mentor e a qual “morreu nos gabinetes”. A minha previsão era obviamente a da inevitabilidade duma guerra que se poderia estender a boa parte de Angola e às outras “Províncias Ultramarinas”, daí a poucos anos. A guerra colonial aproximava-se rapidamente.

Sempre me pareceu necessário o enunciado pela hierarquia da Igreja Católica portuguesa, de doutrina clara sobre a auto-determinação do Ultramar (e até já havia nos anos 60 intervenções da Santa Sé).

As guerras de libertação estavam a iniciar-se e seria necessário que se pregasse “agora sempre” a doutrina social da Igreja, colocando-se ela ao serviço dos pobres, como opção preferencial, sobretudo em novos países com enormes diferenças de classes.

13. Conheci de perto o Sr. Cardeal Cerejeira e falei algumas vezes com ele quando presidente nacional da Juventude Católica (1964/6), onde sucedi a João Salgueiro e antecedi José Manuel Galvão Teles. Nas minhas perguntas sobre D. António havia sempre a resposta (pouco) diplomática do silêncio; sobre as relações “Acção Católica Juvenil – movimentos religiosos-políticos de renovação” vinha sempre a contraponto o “caso da I República”. Não deixaram as melhores recordações.

Necessariamente que refiro o Concílio Vaticano II nesta década e que significou muito para a vivência católica também familiar e rezo a São João XXIII. Acompanhei a dinâmica conciliar e o papel de relevo dado

aos três cardiais que eu muito admirava: Agagianian (Médio-Oriente), Suenens (Bélgica) e Lercaro (Itália).

14. Em 1967 fui para Angola a fim de fazer parte do corpo docente da jovem Universidade de Luanda (U.L) fundada há poucos anos e agora já com aulas até ao 5.º ano das licenciaturas (então).

Não posso deixar de referir que esperei quase um ano para trocar os 2,5 anos de capitão miliciano por mais de 5 como docente – conforme permitia a legislação e a U.L bem necessitava. Porquê a demora? Os problemas com a PIDE... O que me valeu foi o bom amigo e colega dos tempos da JUC, António Magalhães Coelho, chefe de Gabinete do Ministro do Ultramar, Joaquim Silva Cunha, e que conseguiu (estamos já no período Marcelo Caetano e a PIDE trabalhavam já directamente com os Minists.); tratar desta matéria para vários colegas na minha situação (Silva Pais ter-lhe-á dito “Esse Portas não tem emenda...”).

Já atrás referi que eu já conhecera Angola e naturalmente juntei-me com os muitos colegas, incluindo regentes agrícolas e estudantes que estavam ligados às extensões, investigação e Universidade. Permitam-me referir vários colegas (católicos e não) que nos acolheram (a toda a família) como: Manuel Gomes Guerreiro, Manuel Dias Nogueira, Inácio Rebelo de Andrade e Jacinto Carriço; houve muitos outros que o espaço não permitiu mencionar.

Entretanto já se estava em guerra alargada. Os missionários em boa parte eram a favor da independência, aliás vários foram expulsos (Padres Brancos espanhóis por ex.), bem como os padres angolanos no exílio, dos quais vários recebemos na nossa casa de Lisboa nos anos 60. Mas entretanto continuava a vigilância da PIDE (conforme verifiquei pessoalmente quando após o 25 de Abril fui buscar o meu processo político à Torre do Tombo...).

Uma das actividades a que estive ligado com o bom amigo Herberto Goulard (do “40.900”) foi a tentativa de para as eleições de 1969 criar um grupo em Nova Lisboa de apoio à oposição democrática (médicos, engenheiros e universitários já da oposição). Mas esbarrou-se na diferente visão do caminho da independência, que alguns locais pretendiam que tivesse um ritmo lento.

E tínhamos um grupo com base em Luanda que se reunia mensalmente na praia da Corimba (a Sul de Luanda): João Sena (companheiro de camarata em Caxias...), Albertino Almeida (“coimbrão” do Ministério

Público) e Felizberto Lemos (gerente da Lello-Luanda), ponto de encontro da Oposição democrática.

Entretanto tem lugar o doutoramento em Lisboa, a ida como professor visitante para os Estados Unidos da América e o convite para a restauração da Universidade em Évora.

NOTA FINAL

E chegou o “25 de Abril” com a inesquecível alegria de participar na manifestação do 1.º de Maio, ao lado dos bons amigos Prof. Ário Azevedo, recém Reitor da U. Évora (restaurada graças à reforma Veiga Simão) e do Pe José Alves Gomes, um sacerdote progressista que por tal bastante sofreu, os três já ligados à instituição restaurada.

Foi o termo duma caminhada de 17 anos – desde o dec. Lei 40.900 (10 Dez. 1957) até ao “25 de Abril” (1974) – com disputas políticas por vezes muito duras e quase sempre desiguais. E para se entender o que antes escrevi naturalmente tenho bem presente a minha qualidade: não passo dum simples peregrino ao qual bem se aplica o que disse S. João (1Jo 1, 8-10): “Se dizemos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos...”.

Mas creio bem que valeu a pena, sendo geralmente vivida com compreensão (familiar e profissional). Deo Gracias.

BIBLIOGRAFIA

- Albertino Almeida (1994). “Na linha dos confins”. Ed. Caminho – nosso mundo.
- António Pintado, Eduardo Barrenecheia (1972). “La raya de Portugal – frontera del subdesarrollo”, Madrid, Edit. Cuadernos para el dialogo.
- “AEISA – Uma história Centenária, 1911-2011” (2014). Edição Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia.